

Ferrovias Centro Atlântica S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro Atlântica S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Efeitos da resolução 4.131 - ANTT

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pelas resoluções 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, definiu as diretrizes de contabilização decorrente da devolução de aproximadamente 3.800 quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob a concessão da Companhia, dos quais sete trechos são considerados "antieconômicos" e seis trechos "economicamente viáveis". De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos nossos trabalhos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente. Nossa opinião não contém ressalvada relacionada a esse assunto.

1

Transações relevantes com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas e compras de serviços, operações de adiantamentos para futuro aumento de capital e operação de cessão de créditos fiscais são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4.7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Gastos com Ativo Imobilizado e Intangível

Conforme notas explicativas 4.12 e 4.13 às demonstrações financeiras, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2016 nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$639.980 mil e R\$3.157.669 mil, respectivamente. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem do contrato de concessão com a União, requer que a Companhia efetue investimentos expressivos nas operações que são classificadas, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre imobilizado quando ocorre aquisição ou investimentos próprios, intangível quando ocorre manutenção ou investimentos vinculados à concessão ou resultado quando relativos a gastos com manutenção, para determinar o momento de transferência dos projetos em andamento para a conta definitiva que é crucial para a determinação do início da depreciação/amortização e ao impacto que uma alteração dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos pode ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional, em base amostral, dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil do ativo fixo como imobilizado ou intangível, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro dos encargos de depreciação e amortização. Com base em uma amostra, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado ou ativo intangível e quando aplicável como gastos com manutenção no resultado do exercício, para adições ocorridas durante o exercício e avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.

Redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangível

As demonstrações financeiras incluem ativos relativos ativos imobilizado e intangível no valor de R\$639.980 mil e R\$3.157.669 mil, respectivamente. Conforme indicado na nota 4.12, a Companhia apresentou no exercício de 2016 prejuízos acumulados e margem bruta negativa decorrente do negócio advindo das condições operacionais da malha concedida. Com a identificação desses indicadores ("triggers") a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável da unidade geradora de caixa onde esses ativos foram alocados. Analisamos as premissas utilizadas no modelo de fluxo de caixa descontado para teste de impairment dos ativos imobilizados e intangíveis por meio de análises do desempenho comercial, expectativas do mercado e o entendimento da utilização futura dos ativos da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas analisamos a taxa de desconto aplicada no fluxo de caixa descontado, avaliando o custo de capital para a Companhia, bem como os pressupostos fundamentais para as taxas de crescimento a longo prazo nas previsões por comparação com os resultados históricos. Avaliamos também a análise de sensibilidade em torno da taxa de crescimento de despesas e variação do capital de giro e taxa de descontos. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

? Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências de éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 24 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira

Contador CRC MG-058176/O-0

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

O cenário macroeconômico atual nos impõe grandes desafios. Fatores exógenos, como quebra de safra e retração do mercado interno de industrializados ao longo de 2016, impactaram os nossos principais clientes e resultaram na queda de volume transportado nos principais corredores da companhia. Conseqüentemente a Companhia teve uma retração de 8% do EBITDA (fechando o exercício em R\$ 246 milhões), provocada pela queda de volume, que realizou 20.506 milhões de TKU no período mencionado.

No intuito de alavancar a capacidade produtiva e o crescimento previsto no plano de negócios, foram investidos mais de R\$ 624 milhões na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), projetos de meio ambiente, saúde e segurança e novos projetos. Fazendo destaque, ainda, ao início das operações do Complexo Mineral de Patrocínio, com o transporte de minério de fosfato entre os municípios de Patrocínio e Araxá.

Para 2017 reafirmamos nossos valores e compromisso com investimentos em capacidade e melhoria operacional, objetivando, assim, a retomada de crescimento e os níveis de rentabilidade compatíveis com o grande potencial da Companhia para este ano.

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

1. Síntese do Resultado 2016

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
(em Milhões de R\$)	2014	2015	2016	Δ¹
Receita Bruta	1.745	1.919	1.966	3%
Receita Líquida	1.500	1.653	1.667	1%
EBITDA	207	269	246	-8%
Resultado Exercício	38	29	-23	-180%
Volume Ferrovia (Milhões de TKU)	20.879	22.387	20.506	-8%
Volume Ferrovia (Mil de TU)	31.292	31.567	30.537	-3%
Margem EBITDA	14%	16%	15%	-1,5 p.p
Margem Lucro	3%	2%	-1%	-3,2 p.p

- A Receita Líquida da FCA fechou o ano de 2016 em R\$ 1.667 milhões, um aumento de 1% em relação ao ano anterior.
- Prejuízo de R\$ 23 milhões em 2016, R\$ 52 milhões abaixo do resultado de 2015. O efeito foi causado pela pressão da inflação sobre o custo não acompanhado pelo crescimento de receita, bem como pelo aumento do valor de depreciação decorrente dos investimentos em manutenção e melhoria da via permanente realizados nos últimos anos.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 246 milhões, 8% abaixo do ano anterior.
- Faturamento na FCA de 20.506 Milhões de TKU, 8% a menos que o ano anterior.

O resultado da FCA em 2016 foi fortemente impactado por fatores externos, principalmente a quebra da safra no segmento de Agricultura e a retração do mercado interno de Industrializados, parcialmente compensado pela Siderurgia, que apresentou aumento de 7% sobre o volume transportado em 2015 em função da concentração da produção em plantas atendidas na área de influência da FCA.

2. Investimentos

Em 2016, a FCA investiu o valor total de R\$ 624,3 milhões.. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda expressivos investimentos em aumento de capacidade, com destaque para o projeto do Complexo Mineral de Patrocínio.

3. Gestão de Pessoas

A FCA tem realizado grandes investimentos no treinamento e desenvolvimento de seus funcionários, convicta de que a qualidade dos serviços que oferece e a satisfação de seus clientes estão relacionadas diretamente ao profissionalismo e motivação de seus funcionários. O desenvolvimento do empregado é algo muito valorizado internamente. Os principais programas para atração e incorporação de novos funcionários, os chamados programas de porta de entrada foram: Programa de Estágio (98 novas entradas); Programa de Trainee Operacional (129 novas entradas em 2016); Programa de Aprendizagem (168 aprendizes ativos em 2016); Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência (192 pessoas ativas em 2016). Por meio de Pesquisa de Engajamento, a FCA procura entender e avaliar as necessidades de seus funcionários desdobrando os resultados em planos de ação. Como iniciativa para reter e desenvolver os melhores talentos a companhia utiliza dos programas de Carreira e Sucessão e Avaliação de Desempenho.

4. Responsabilidade Social

A FCA compartilha o respeito pela vida e promove a responsabilidade socioambiental por meio do desenvolvimento de programas e ações voltadas ao apoio às comunidades lindeiras a ferrovia. Sempre com foco em segurança, a FCA por meio de programas de prevenção de acidentes e com a manutenção permanente do diálogo junto às comunidades e ao público interno, trabalha de forma integrada para buscar e aperfeiçoar as melhores práticas de segurança na gestão e operação de seus ativos. Iniciativas sociais do Grupo VLI também foram implementadas na área de influência da FCA tais como Estação do Esporte, Trilhos Culturais, Horta na Escola e Parceiro Caminhoneiro com milhares de pessoas alcançadas.

5. Meio Ambiente

Projetos estratégicos foram desenvolvidos ao longo do ano com destaque para o plano diretor que estabelece um planejamento plurianual para cada tema da área de meio ambiente, fornecendo diretrizes claras para se atingir a excelência operacional em 5 anos a partir de 2016 para toda a Companhia. Em algumas áreas operacionais foi implantado o Selo Verde, programa que propõe adequar as edificações da empresa ao conceito de Edificações Eficientes ao utilizar soluções que economizam recursos naturais e reduzem a poluição nas edificações da Companhia.

6. Auditores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

Belo Horizonte, 24 de março de 2017.

A Administração

Ferrovias Centro Atlântica S/A
BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	49.217	40.203
Contas a receber	4.6	151.569	269.369
Estoques	4.8	63.222	55.481
Tributos a recuperar	4.9	38.202	105.720
Despesas pagas antecipadamente	4.10	22.319	29.941
Sinistros a recuperar	4.10	39.927	42.056
Demais ativos	4.10	28.519	48.989
		<u>392.975</u>	<u>591.759</u>
Não circulante			
Contas a receber	4.6	284.676	291.880
Despesas pagas antecipadamente	4.10	15.816	17.640
Depósitos judiciais	4.11	253.140	213.023
Tributos a recuperar	4.9	48.654	17.644
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	4.27	198.914	192.194
Contas a receber da RFFSA (União)	4.11(a)	87.230	81.830
Demais ativos	4.10	25.194	-
Imobilizado	4.12	640.305	875.588
Intangível	4.13	3.157.344	2.605.452
		<u>4.711.273</u>	<u>4.295.251</u>
Total do ativo		<u>5.104.248</u>	<u>4.887.010</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	4.15	192.581	121.569
Contas a pagar	4.16	103.343	5.495
Leasing	4.14	33.059	41.246
Obrigações fiscais	4.17	16.590	20.721
Obrigações sociais e trabalhistas	4.18	61.243	92.883
Arrendamento, concessões a pagar	4.19	50.059	45.125
Receitas diferidas	4.20	1.567	1.567
Antecipação de clientes	4.20	55.640	-
Demais passivos	4.20	28.952	44.050
		<u>543.034</u>	<u>372.656</u>
Não circulante			
Leasing	4.14	-	31.671
Provisão para processos judiciais	4.11	45.079	62.301
Benefícios a empregados	4.29	2.020	1.262
Receitas diferidas	4.20	25.195	26.762
Demais passivos	4.20	-	164
Adiantamento para futuro aumento de capital-AFAC	4.21	79.978	2.795.893
		<u>152.272</u>	<u>2.918.053</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		4.558.859	1.722.966
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Prejuízos acumulados		-149.917	-126.665
		<u>4.408.942</u>	<u>1.596.301</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>5.104.248</u>	<u>4.887.010</u>

Ferrovias Centro Atlântica S/A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita líquida de serviços prestados	4.23	1.667.362	1.653.189
Custo dos serviços prestados	4.24	-1.705.376	-1.682.461
Prejuízo bruto		-38.014	-29.272
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	4.25 (a)	-114	-159
Gerais e administrativas	4.25 (b)	-56.589	-16.359
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.25 (c)	48.578	50.689
		-8.125	34.171
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		-46.139	4.899
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	395
Resultado financeiro	4.26	16.167	25.789
Despesas financeiras		-22.500	-12.052
Receitas financeiras		9.492	8.263
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		29.175	29.578
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			
Contribuição Social		-29.972	31.083
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.27	6.720	-1.929
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	-6.632
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		6.720	4.703
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-23.252	29.154
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de milhão de Ações)	4.22 (d)	-0,1	0,14

Ferrovias Centro Atlântica S/A
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2015	<u>1.722.966</u>	<u>-231</u>	<u>-155.588</u>	<u>1.567.147</u>
Resultado abrangente do exercício				
Lucro líquido do exercício			29.154	29.154
Reversão de previdência privada	-	231	-231	-
Total do resultado abrangente	-	231	28.923	29.154
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.722.966</u>	<u>-</u>	<u>-126.665</u>	<u>1.596.301</u>
Em 01 de janeiro de 2016	<u>1.722.966</u>	<u>-</u>	<u>-126.665</u>	<u>1.596.301</u>
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício	-	-	-23.252	-23.252
Aumento de capital por transferência de AFAC	2.835.893	-	-	2.835.893
Total do resultado abrangente	2.835.893	-	-23.252	2.812.641
Em 31 de dezembro de 2016	<u>4.558.859</u>	<u>-</u>	<u>-149.917</u>	<u>4.408.942</u>

Ferrovias Centro Atlântica S/A
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-23.252	29.154
Ajustes		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-395
Depreciação e amortização	292.563	264.375
Provisão para perdas e processos judiciais	-22.926	-6.735
Despesas com variação monetária/cambial	-29.176	-29.578
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	13.872	-31.619
Receitas diferidas	-1.567	-317
Despesas com benefícios a empregados	601	-2.138
Ajuste a valor presente	-6.841	-4.291
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	-6.720	-4.703
Despesas Financeiras - Leasing	3.754	694
	<u>222.133</u>	<u>216.272</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	132.225	-144.493
Estoques	-2.417	2.029
Tributos a recuperar	40.207	-59.619
Contas a receber da RFFSA (União)	877	-
Despesas pagas antecipadamente	7.621	-2.457
Depósitos judiciais	-20.238	-22.131
Sinistros a recuperar	2.128	-11.409
Demais ativos	-4.724	-11.304
Fornecedores	73.950	-6.871
Contas a pagar	97.848	5.495
Obrigações fiscais	-7.747	5.063
Obrigações sociais e trabalhistas	-31.640	14.875
Benefícios a empregados	157	-
Arrendamentos, concessão a pagar	4.934	3.193
Receitas diferidas	-	25.000
Antecipação de clientes	55.640	-
Demais passivos	-15.262	-719
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>555.692</u>	<u>12.924</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	11.712	44.167
Compra de ativo imobilizado e intangível	-634.756	-414.991
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>-623.044</u>	<u>-370.824</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	119.978	362.000
Pagamentos Leasing	-43.612	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>76.366</u>	<u>362.000</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>9.014</u>	<u>4.100</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.203	36.103
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.217	40.203

Ferrovias Centro Atlântica S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	1.965.287	1.916.318
Outras receitas (despesas)	169.831	169.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	1.842	4.671
	<u>2.136.960</u>	<u>2.090.341</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-779.756	-743.762
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-678.447	-671.029
Provisão para perdas, principalmente processos judiciais, líquida de reversões	22.545	1.484
Outros	-15.879	-20.986
	<u>-1.451.537</u>	<u>-1.434.293</u>
Valor Adicionado bruto	<u>685.423</u>	<u>656.048</u>
Depreciação, amortização e exaustão	-292.563	-264.375
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>392.860</u>	<u>391.673</u>
Valor Adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	-	395
Receitas financeiras e Variações Cambiais	42.283	37.859
	<u>42.283</u>	<u>38.254</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>435.143</u>	<u>429.927</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	314.370	334.634
Impostos, Taxas e Contribuições	119.402	54.797
Remuneração de Capitais de Terceiros	24.623	11.342
Remuneração de Capital próprio	-23.252	29.154
Valor Adicionado distribuído	<u>435.143</u>	<u>429.927</u>

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada “Ferroban”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.14. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. (“VLI”) - como a única controladora da FCA.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário.

Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a conclusão de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.
- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia

dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações v, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

Em 29 de dezembro de 2016, em atendimento ao ofício enviado pela Superintendência de Acompanhamento de Empresas da BM&FBOVESPA S.A., a FCA comunicou fato relevante ao mercado que sua administração submeterá à Assembleia Geral, que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016, proposta acerca do grupamento das ações como procedimento para enquadrar a cotação das ações, nos termos do item 5.2.f do Regulamento para listagem de emissores e admissão à negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA, que versará sobre o procedimento proposto para o grupamento, fator de grupamento a ser utilizado, o tratamento que será dado às frações e a composição do capital social da FCA após o grupamento.

O fator de grupamento será calculado de modo a garantir que o patamar de cotação das ações de emissão da FCA fique conforme sugerido pela BM&FBOVESPA na Orientação sobre Procedimentos para Grupamento de Valores Mobiliários ("Orientação"). Será assegurado a eventuais detentores de frações de ações da FCA em decorrência do grupamento, no mínimo, uma nova ação, por meio do tratamento de frações a ser disposto na proposta da administração. O grupamento das ações da Companhia visa mitigar o risco de volatilidade excessiva da cotação das ações de emissão da Companhia em razão do seu baixo valor atual de negociação na BM&FBOVESPA, bem como adequar a cotação das ações da Companhia, conforme previsto no Regulamento e na Orientação, e nos termos do Ofício, a fim de que o valor de cada ação negociada seja superior a R\$1,00.

4.2 – Base de preparação das demonstrações financeiras

4.2.1 Aprovação das informações contábeis

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2017.

4.2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

4.2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

4.2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Transações que não afetam o caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Leasing	-	72.917
Adição ao imobilizado em operações de Leasing	-	72.917
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - Passivo não Circulante	2.835.893	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - Patrimonio Liquido	<u>2.835.893</u>	<u>-</u>

4.3 - Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, AFAC, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

c) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

e) Tributo sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As

alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.12.

g) Intangível

I. Direitos de concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste e Malha Paulista (Ferroban) (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

A vida útil dos intangíveis está apresentada na Nota 4.13.

h) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo

montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

i) Leasing

Os contratos de Leasing (arrendamento financeiro) são reconhecidos no ativo imobilizado e a dívida no passivo circulante ou não circulante, em função dos seus vencimentos. Os juros serão apropriados para a conta de despesas financeiras com base no período de competência.

j) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

k) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de Contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a

Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso dos processos judiciais prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para processos judiciais e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são os processos judiciais onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.11), sendo a Companhia um agente no litígio.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de previdência privada é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas ao plano de previdência privada são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados na qual a metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (“*constructive obligation*”).

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente;
- 2) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 3) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

As receitas de juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

Receitas diferidas

As receitas diferidas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros.

As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando:

- decorrido o prazo de competência ; ou
- da prestação de serviços futuros;

n) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

o) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

Ações ordinárias - custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

p) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

q) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.28, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

4.4 Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

4.4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial do Grupo, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira do Grupo, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração do Grupo adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - O Grupo reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

iii. Provisão para processos judiciais - O Grupo constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

iv. Tributos sobre o lucro diferidos - O Grupo reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas

de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

4.4.2 Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis

Concessão e subconcessão

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração do Grupo, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- i. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- ii. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- iii. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- iv. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- v. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e Bancos	3.707	3.792
Aplicações Financeiras	45.510	36.411
	<u>49.217</u>	<u>40.203</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 65,29% em 31 de dezembro de 2016 e 99,73% em 31 de dezembro de 2015, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Contas a receber de clientes	96.241	73.269
Contas a receber partes relacionadas	75.766	218.379
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	<u>(20.438)</u>	<u>(22.279)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>151.569</u>	<u>269.369</u>
Não circulante		
Contas a receber	-	26.000
Contas a receber partes relacionadas	<u>284.676</u>	<u>265.880</u>
	<u>284.676</u>	<u>291.880</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	407.629	444.348
Vencidos até 3 meses	23.825	85.838
Vencidos de 3 a 6 meses	4.221	6.735
Vencidos acima 6 meses	<u>21.008</u>	<u>46.607</u>
Contas a receber	<u>456.683</u>	<u>583.528</u>

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.7 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo circulante		
Contas a receber		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	14	14
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	104	164
Log-in Logística Intermodal S/A	-	20
Mineração Andirá Ltda	-	3
MRS Logística S/A	1.893	536
Vale Manganês S.A.	4	4
Ultrafértil S.A.	54	79
Vale S/A	39.743	30.751
Vale Fertilizantes S.A.	16.058	18.033
Vale Moçambique S.A.	-	475
Mineração Urucum S.A.	3	3
Salobo Metais S.A.	-	5
Ferrovias Norte Sul S.A.	96	118
VLI Operações Portuárias S.A.	-	24
VLI S.A.	469	482
VLI Multimodal S.A.	<u>17.328</u>	<u>167.668</u>
	<u>75.766</u>	<u>218.379</u>

Ativo não circulante

Contas a Receber

MRS Logística S/A

14.859

-

Vale S/A

269.817

265.880

284.676265.880**Passivo Circulante**

Fornecedores

MRS Logística S/A

542

642

Pasa- Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale

225

212

Ferrovia Norte Sul S.A

33

33

VLI Multimodal S.A.

4.335

9.893

VLI S.A.

7.803

-

Fundação Vale do Rio Doce - FVRD

1.273

1.403

Vale S/A

3.369

4.637

17.58016.820**Passivo não Circulante**

Adiantamento para futuro aumento de capital

VLI Multimodal S.A.

79.978

2.795.893

79.9782.795.893**Demonstrações do Resultado**

Receitas

Receita bruta de serviços prestados

MRS Logística S/A

-

7.344

Vale Fertilizantes S.A

57.068

48.688

Vale S/A

130.204

135.396

VLI Multimodal S.A

512.231

781.763

699.503973.191

Receita de aluguel de locomotiva

Vale S.A.

619

-

Vale Fertilizantes S.A

204

-

VLI Multimodal S.A

119.219

74.823

120.04274.823

Receitas financeiras

Vale Fertilizantes S/A

-

93

VLI Multimodal S/A

-

119

Vale S/A

-

4.686

-4.898

Outras Receitas (despesas) Operacionais

Vale S/A

8.664

18.560

Samarco Mineração S/A

77

69

Vale Fertilizantes S.A

17.801

13.332

VLI S/A

1.395

85

VLI Multimodal S.A.

6.780

9.398

34.71741.444

Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo)

Vale S/A

(113.859)

(135.139)

MRS Logística S/A

(24)

(1.276)

(113.883)(136.415)

Custo com direito de passagem

Vale S/A

-

(2.899)

MRS Logística S/A

(33.311)

(26.888)

(33.311)(29.787)

Custo dos serviços

PASA

(2.012)

(1.875)

(2.012)(1.875)

Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	<u>(3.333)</u>	<u>(4.272)</u>
	<u>(3.333)</u>	<u>(4.272)</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
VLI Multimodal S/A	(43.058)	-
VLI S/A	<u>(7.069)</u>	<u>-</u>
	<u>(50.127)</u>	<u>-</u>
Despesas Financeiras		
Outros – SL Serviços Logísticos Ltda	-	(395)
	<u>-</u>	<u>(395)</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	337.091	367.571
Vencidos até 3 meses	21.003	83.222
Vencidos de 3 a 6 meses	1.751	5.944
Vencidos acima 6 meses	<u>597</u>	<u>27.522</u>
	<u>360.442</u>	<u>484.259</u>

As contas a receber com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado.

As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotvas e venda de outros materiais.

Os custos com direito de passagem e partilha de frete, representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária.

As dívidas com empresas ligadas no circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, são recursos recebidos pela FCA de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 4.21).

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A Vale na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS). Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a Vale pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela Vale o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento à vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela Vale em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que, a devolução das demais parcelas, ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

A realização da parcela do ajuste a valor presente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 6.841, (em 2015 R\$ 4.686).

4.8 - Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição como segue:

Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Peças e componentes de equipamentos / instalações	46.535	43.605
Combustíveis, lubrificantes e gases	2.969	2.450
Materiais de expediente e outros	6.245	5.755
Materiais elétricos / eletrônicos	5.673	6.835
Outros materiais	1.800	2.160
Provisão para perdas em itens de estoque	-	(5.324)
	63.222	55.481

A provisão de perda dos estoques é constituída através de uma estimativa dos itens obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. Em fevereiro de 2016, esta provisão foi baixada, uma vez que os estoques inservíveis foram vendidos.

4.9 - Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	14.015	33.915
Imposto de renda retido na fonte	313	591
PIS e COFINS a compensar	22.078	65.396
Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados	330	5.629
IOF a recuperar	127	127
Outros	1.339	62
	<u>38.202</u>	<u>105.720</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar	34.884	17.644
PIS e Cofins a compensar	6.645	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.049	-
ISSQN	76	-
	<u>48.654</u>	<u>17.644</u>
Tributos a recuperar - total	<u>86.856</u>	<u>123.364</u>

4.10 – Despesas pagas antecipadamente, sinistros a recuperar e demais ativos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Sinistros a recuperar (c)	39.927	42.056
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (e)	300	12.760
Despesas c/ licença de uso de softwares	1.446	481
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	4.632	4.198
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia (a)	1.680	1.523
Aluguel do Terminal Integrado de Guará (a)	12.436	9.154
Total de despesas pagas antecipadamente	<u>22.319</u>	<u>29.941</u>
Adiantamento a empregados	13.267	34.995
Adiantamento a fornecedores (d)	13.096	12.299
Outras contas	2.156	1.695
Total de demais ativos	<u>28.519</u>	<u>48.989</u>
	<u>90.765</u>	<u>120.986</u>
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	15.816	17.640
Adiantamento a empregados	10.015	-
Adiantamento a fornecedores (d)	15.179	-
Total de demais ativos	<u>25.194</u>	<u>-</u>
	<u>41.010</u>	<u>17.640</u>
	<u>131.775</u>	<u>138.626</u>

(a) Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de "built to suit". Os contratos assinados entre a Companhia e terceiros constituem o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e Santa Luzia e, por conseguinte a locação dos terminais à Companhia em caráter

personalíssimo, sendo os referidos Terminais construídos para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

- (b) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens. O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica “Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente”, nos ativos circulante e não circulante.
- (c) Os gastos relevantes com sinistros, ocorridos na malha ferroviária e nos terminais portuários, neste e em exercícios anteriores, são apropriados no ativo circulante até a conclusão final das perícias técnicas, realizados pelas seguradoras contratadas.
- (d) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição (estoques) para máquinas e equipamentos.
- (e) A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro. Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Resp. Civil do Transp. Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 x Salário Base
	Estagiários	R\$ 13
Acidentes pessoais	Trens turísticos	R\$ 10

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Responsabilidade civil geral	300	1.621
All Risks	-	10.947
Seguro de transporte	-	192
	<u>300</u>	<u>12.760</u>

4.11 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas (a)	220.470	35.348	175.612	46.921
Cíveis	23.837	8.486	20.434	12.776
Tributárias	4.683	551	6.507	643
Ambientais	381	496	313	1.710
Previdenciários	3.769	198	10.157	251
	253.140	45.079	213.023	62.301

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2015			Juros e atualização monetária	31/12/2016	
	Adição	Baixa			Adição	Baixa
Trabalhistas (a)	175.612	41.753	(20.368)	23.473		220.470
Cíveis	20.434	1.257	-	2.146		23.837
Tributárias	6.507	257	(2.669)	588		4.683
Ambientais	313	9	-	59		381
Previdenciários	10.157	-	-	(6.388)		3.769
	213.023	43.276	(23.037)	19.878		253.140

Provisões para processos judiciais (movimentação)

	31/12/2015			Juros e atualização monetária	31/12/2016	
	Adição	Baixa			Adição	Baixa
Trabalhistas (a)	46.921	8.123	(23.414)	3.718		35.348
Cíveis	12.776	2.934	(8.507)	1.283		8.486
Tributárias	643	32	(164)	40		551
Ambientais	1.710	-	(1.414)	200		496
Previdenciários	251	-	(62)	9		198
	62.301	11.089	(33.561)	5.250		45.079

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2016, os processos judiciais trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 35.348 (31 de dezembro de 2015 R\$ 46.921). Esses montantes não incluem os processos judiciais de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA." Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia havia reconhecido em suas demonstrações o montante de R\$ 87.230 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 81.830) que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

As naturezas dos principais processos provisionados são os mesmos das divulgadas no item b) Passivos contingentes.

b) Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.979.000 (31 de dezembro de 2015 - aproximadamente R\$ 1.912.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas (i)	1.146.000	934.000
Cíveis (ii)	345.000	299.000
Tributárias (iv)	417.000	589.000
Ambientais (v)	50.000	42.000
Previdenciário (iii)	21.000	48.000
	1.979.000	1.912.000

- i. **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. **Cíveis:** trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. **Previdenciários:** trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. **Tributários:** trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- v. **Ambientais:** trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

4.12 – Imobilizado

				<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Bens em operação					
Imóveis	25 a 40 anos	2,36%	25.095	(7.839)	17.256
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 a 20 anos	5,00%	4.737	(1.590)	3.147
Equipamentos autônomos	3 a 5 anos	11,72%	198.949	(87.755)	111.194
Veículos	10 anos	20,41%	11.920	(9.076)	2.844
Bens administrativos/auxiliares	5 anos	10%	17.368	(7.480)	9.888
Equipamentos e aplicativos de informática	12,5 a 25 anos	20%	7.853	(7.142)	711
Locomotivas	33,3 anos	7,28%	504.618	(172.319)	332.299
Vagões	19,08 anos	3,00%	205.247	(54.243)	151.004
Via permanente	10 anos	6,61%	24.396	(15.760)	8.636
Outros ativos		10,00%	-	-	-
			1.000.183	(363.204)	636.979
					795.110
Terrenos			1.142	-	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			2.502	-	2.502
Provisão para baixa de ativo			(318)	-	(318)
Benfeitorias em curso			-	-	-
			3.326	-	3.326
			<u>1.003.509</u>	<u>(363.204)</u>	<u>640.305</u>
					<u>875.588</u>

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 67.752 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 75.811).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2016 está sumarizada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo	31/12/2015	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Imóveis	26.901	(3)	(3.528)	1.725	25.095
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	2.536	-	(240)	2.441	4.737
Equipamentos autônomos	220.833	(589)	(142)	(21.153)	198.949
Veículos	11.920	-	-	-	11.920
Bens administrativos/auxiliares	18.412	(952)	(30)	(62)	17.368
Equipamentos e aplicativos de informática	13.453	(104)	(2.036)	(3.460)	7.853
Locomotivas	480.902	(12.852)	(63)	36.631	504.618
Vagões	317.515	(581)	(112.099)	412	205.247
Via permanente	-	(5.935)	(4.220)	34.551	24.396
Outros ativos	53.246	-	(2.161)	(51.085)	-
	1.145.718	(21.016)	(124.519)	-	1.000.183
Terrenos	1.142	-	-	-	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado*	4.127	(1.625)	-	-	2.502
Provisão para baixa de ativo	(318)	-	-	-	(318)
Benfeitorias em curso	75.527	-	(75.527)	-	-
	<u>80.478</u>	<u>(1.625)</u>	<u>(75.527)</u>	<u>-</u>	<u>3.326</u>
	<u>1.226.196</u>	<u>(22.641)</u>	<u>(200.046)</u>	<u>-</u>	<u>1.003.509</u>

*O montante de R\$ (1.625) refere-se a regularização de adiantamentos a fornecedores efetuados em períodos anteriores.

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

Imobilizado - depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Imóveis	(5.311)	(1.574)	3	(1.098)	141	(7.839)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.441)	(169)	-	213	(193)	(1.590)
Equipamentos autônomos	(83.059)	(9.447)	589	29	4.133	(87.755)
Veículos	(6.777)	(2.299)	-	-	-	(9.076)
Bens administrativos/auxiliares	(6.842)	(1.610)	952	20	-	(7.480)
Equipamentos e aplicativos de informática	(10.555)	(575)	104	4.070	(186)	(7.142)
Locomotivas	(145.247)	(29.590)	11.268	235	(8.985)	(172.319)
Vagões	(80.929)	(11.231)	477	37.575	(135)	(54.243)
Via permanente	-	(8.670)	2.304	(3.598)	(5.796)	(15.760)
Outros Ativos	(10.447)	(899)	-	325	11.021	-
	(350.608)	(66.064)	15.697	37.771	-	(363.204)

Em 2016 ocorreram movimentações de adições de depreciação no montante de (R\$ 96) que não foram alocadas para o resultado do exercício.

4.12a – Imobilizado em curso:

	30/12/2016	31/12/2015
Modernização e aquisição de matérias rodantes	-	66.575
Veículos rodoferroviários	-	8.952
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	-	3.809
	-	79.336

Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja, se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- Plano de Negócios até 2026;
- A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;
- A perpetuidade do fluxo de caixa foi considerada a partir de 2027.

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da Companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

4.13 – Intangível

	<u>Tempo estimado de vida útil</u>	<u>Taxa média anual de amortização</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>31/12/2016 Líquido</u>	<u>31/12/2015 Líquido</u>
Direitos de concessão	9,08 anos	4,70%	43.169	(23.218)	19.951	21.999
Direitos de Subconcessão	21,2 anos	3,09%	-	-	-	-
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	19.156	(11.126)	8.030	4.099
Direito contratual (ii)	9 meses	8,33%	-	-	-	-
Direito contratual (iii)	6 meses	19,70%	-	-	-	-
Direito contratual (iv)	9 meses	8,33%	-	-	-	-
			62.325	(34.344)	27.981	26.098
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos			58	-	58	15
Imóveis	9,08 anos	2,04%	285.145	(42.238)	242.907	236.803
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	9,08 anos	5,00%	115.169	(3.934)	111.235	15.298
Equipamentos autônomos	5 a 9,08 anos	8,83%	22.259	(4.367)	17.892	7.732
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	807	(19)	788	-
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	6.910	(1.611)	5.299	2.394
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	204	(78)	126	667
Locomotivas	9,08 anos	7,51%	286.076	(125.896)	160.180	74.072
Vagões	9,08 anos	3,00%	266.897	(116.372)	150.525	67.951
Via permanente	9,08 anos	6,27%	3.180.737	(1.177.496)	2.003.241	2.032.597
Outros ativos	9,08 anos	10,00%	695	(450)	245	1.422
			4.164.957	(1.472.461)	2.692.496	2.438.951
Benfeitorias em curso			436.867	-	436.867	140.403
			4.664.149	(1.506.805)	3.157.344	2.605.452

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4).

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

<u>Benfeitorias em curso</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aquisição e modernização de material rodante	19.302	20.060
Construção e ampliação de pátios e terminais	146.408	33.798
Crédito PIS/COFINS	(1)	-
Equipamento de Grande Porte	640	-
Instalações administrativas e de apoio	3.824	4.613
Melhoria operação ferroviária	9.022	4.034
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	4.736	2.459
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	38.472	26.461
Outros Ativos	325	-
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	3.121	5.795
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	7.069	10.118
Trens turísticos - melhorias	1.062	1.888
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	202.887	31.177
	436.867	140.403

O intangível no período findo em 31 de dezembro de 2016 apresentava a seguinte movimentação:

Intangível- Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Direitos de concessão	43.169	-	-	-	-	-	43.169
Softwares adquiridos	13.323	-	(9)	5.783	59	-	19.156
	56.492	-	(9)	5.783	59	-	62.325
Benfeitorias em propriedades arrendadas							
Terrenos	15	-	-	43	-	-	58
Imóveis	272.272	-	(2)	4.928	5.409	2.538	285.145
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	19.864	-	(3)	99.956	6	(4.654)	115.169
Equipamentos autônomos	14.481	-	(165)	12.258	165	(4.480)	22.259
Veículos	19	-	-	788	-	-	807
Bens administrativos/auxiliares	3.426	-	-	1.359	-	2.125	6.910
Equipamentos e aplicativos de informática	6.527	-	-	103	-	(6.426)	204
Locomotivas	194.024	-	(616)	91.626	431	611	286.076
Vagões	142.666	-	(3.993)	15.693	112.098	433	266.897
Via permanente	3.000.720	-	(328)	163.238	5.744	11.363	3.180.737
Outros Ativos	1.510	-	-	88	607	(1.510)	695
	3.655.524	-	(5.107)	390.080	124.460	-	4.164.957
Benfeitorias em curso	140.403	636.286	(19.486)	(395.863)	75.527	-	436.867
	3.852.419	636.286	(24.602)	-	200.046	-	4.664.149
Intangível - Amortização							
Direitos de concessão		(21.170)	(2.048)				(23.218)
Softwares adquiridos		(9.224)	(1.901)	9	(10)	-	(11.126)
Imóveis		(35.469)	(6.034)	2	(3.270)	2.533	(42.238)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais		(4.566)	(741)	3	3.764	(2.394)	(3.934)
Equipamentos autônomos		(6.749)	(927)	165	77	3.067	(4.367)
Veículos		(19)	-	-	-	-	(19)
Bens administrativos/auxiliares		(1.032)	(496)	-	(55)	(28)	(1.611)
Equipamentos e aplicativos de informática		(5.860)	(332)	-	6.114	-	(78)
Locomotivas		(119.952)	(6.002)	610	(179)	(373)	(125.896)
Vagões		(74.715)	(7.182)	3.411	(37.481)	(405)	(116.372)
Via permanente		(968.123)	(200.677)	136	(6.293)	(2.539)	(1.177.496)
Outros Ativos		(88)	(63)	-	(438)	139	(450)
		(1.246.967)	(226.403)	4.336	(37.771)	-	(1.506.805)

4.14 – Leasing (arrendamento)

Arrendador:	Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Objeto:	Fornecimento de 40 (quarenta) locomotivas tipo SD40
Prazo vigência:	Novembro/2015 a outubro/2017
Condições de pagamento:	24 parcelas mensais fixas e sucessivas
Valor total contrato:	R\$ 85.416 mil
Amortização parcela mensal:	R\$ 3.559 mil
Valor total do Ajuste a Valor Presente: (em nov/15)	R\$ 6.074 mil

Em 2016 foram pagas 12 (doze) parcelas no montante de R\$ 43.612, e o saldo em 31 de dezembro de 2016 é R\$ 33.059, sendo R\$ 33.059 registrados no passivo circulante e R\$ 0 no não circulante (R\$ 41.246 e R\$ 31.671, respectivamente em 31 de dezembro de 2015)

4.15 - Fornecedores

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores terceiros	175.001	104.749
Fornecedores partes relacionadas	<u>17.580</u>	<u>16.820</u>
	<u>192.581</u>	<u>121.569</u>
Fornecedores terceiros		
Mercado interno	171.830	104.749
Mercado externo	<u>3.171</u>	<u>-</u>
	<u>175.001</u>	<u>104.749</u>

4.16 – Contas a pagar

Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas. Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a Companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a Companhia.

Em dezembro de 2016 estas operações apresentavam saldo de R\$ 103.343. (Em 2015 o saldo era R\$ 5.495).

4.17 - Obrigações fiscais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)	-	2.680
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	6.102	5.314
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	5.848	3.016
PIS, COFINS	1.833	7.921
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	-	207
ISS (Imposto s/ Serviços)	<u>2.807</u>	<u>1.583</u>
	<u>16.590</u>	<u>20.721</u>

4.18 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e encargos	16.530	17.913
Provisão para férias e 13º Salário	15.569	18.089
Benefícios trabalhistas	6.841	4.427
Participação nos resultados	-	52.454
Contribuição SESI	17.177	-
Outros	<u>5.126</u>	<u>-</u>
	<u>61.243</u>	<u>92.883</u>

4.19 - Arrendamentos e concessões a pagar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	2.320	2.084
Arrendamento (b)	<u>44.080</u>	<u>39.592</u>
	46.400	41.676
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	183	172
Arrendamento (d)	<u>3.476</u>	<u>3.277</u>
	3.659	3.449
	<u>50.059</u>	<u>45.125</u>

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 calculado, está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2016, foram pagas 74 (setenta e quatro) parcelas, sendo a 74ª parcela paga no valor de R\$ 2.320.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2016, foram pagas 74 (setenta e quatro) parcelas, sendo a 74ª parcela paga no valor de R\$ 44.080.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Paulista Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2016, foram pagas 65 (sessenta e cinco) parcelas, sendo a 65ª parcela paga no valor de R\$ 549.

(d) Arrendamento dos bens – FERROBAN - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2016, foram pagas 65 (sessenta e cinco) parcelas, sendo a 65ª parcela paga no valor de R\$ 10.429.

4.20 – Antecipação de clientes, receitas diferidas e demais passivos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Antecipação de clientes (e)	55.640	-
Passagem de fibra ótica (c)	317	317
Utilização Sistema Logístico Integrado (d)	<u>1.250</u>	<u>1.250</u>
Total de receitas diferidas	<u>1.567</u>	<u>1.567</u>
Seguro Responsabilidade Civil (a)	115	517
Seguro Risco Operacional (a)	797	12.947
Seguro Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária (a)	-	1.769
Seguro Frota e PTL (a)	30	-
Provisão para franquia de seguro (b)	24.000	24.000
Garantias contratuais	1.797	1.797
Outros passivos circulantes	<u>2.213</u>	<u>3.020</u>
Total de demais passivos	<u>28.952</u>	<u>44.050</u>
	<u>86.159</u>	<u>45.617</u>
Não circulante		
Passagem de fibra ótica (c)	2.695	3.012
Utilização Sistema Logístico Integrado (d)	<u>22.500</u>	<u>23.750</u>
Total de receitas diferidas	<u>25.195</u>	<u>26.762</u>
Outros	<u>-</u>	<u>164</u>
	<u>25.195</u>	<u>26.926</u>
	<u>111.354</u>	<u>72.543</u>

- a) prêmios de seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional, de transportes de carga ferroviária e frota.
- b) franquias de seguros com os acidentes operacionais ocorridos em sua malha ferroviária.
- c) receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.
- d) receitas antecipadas com a utilização dos serviços de transbordos rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.
- e) Antecipação de clientes para aquisições de materiais para remodelagem de pês ferroviária

4.21 - Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2016 – R\$ 79.978 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 2.795.893).

4.22 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 11 de outubro de 2016 foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 2.835.893 através da emissão de 157.447.856.895.477 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social está representado por 367.645.433.926.725 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Ferrovia Centro Atlântica S.A.	Capital Social R\$	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações Ord + Pref.	Participação %
Acionista					
VLI Multimodal S.A.	4.558.858.006,65	367.645.368.480.696	55.673.349	367.645.424.154.045	99,99998%
Outros	535,28	65.446.029	10.991.663	76.437.692	0,00002%
Totais	4.558.858.541,93	367.645.433.926.725	66.665.012	367.645.500.591.737	100,00000%

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da empresa é de R\$ 4.558.859, (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 1.722.966).

Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	31/12/2016	31/12/2015
Cálculo da média ponderada		
(210.197.643.696.260 x 11/12) + (367.645.500.591.737 x 1/12)	223.318.298.437.550	210.197.643.696.260
Lucro (prejuízo) líquido do período	(23.252)	29.154
Ações em 31 de dezembro	223.318.298.437.550	210.197.643.696.260
Prejuízo (prejuízo) básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,10)	0,14

4.23 - Receita dos serviços prestados

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	1.515.764	1.529.984
Receita de utilização de pátios	4.771	4.250
Receita de estadia de vagões	3.695	3.663
Receita de aluguel de locomotivas	91.175	82.529
Receita de partilha de frete	102.203	110.724
Receita de serviços acessórios	248.472	187.903
	<u>1.966.080</u>	<u>1.919.053</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(96.339)	(80.385)
PIS	(30.612)	(29.181)
COFINS	(141.000)	(134.409)
INSS Desoneração	(29.974)	(19.154)
	<u>(297.925)</u>	<u>(263.129)</u>
	<u>1.668.155</u>	<u>1.655.924</u>
Descontos		
Descontos concedidos	(793)	(2.735)
Receita líquida dos serviços prestados	<u>1.667.362</u>	<u>1.653.189</u>

4.24 - Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	(315.504)	(341.685)
Material	(83.880)	(85.460)
Combustíveis	(328.169)	(354.241)
Serviços contratados	(114.723)	(118.040)
Partilha de frete	(177.989)	(194.823)
Arrendamento e Concessão	(206.367)	(187.375)
Depreciação	(286.499)	(258.723)
Tributos e taxas	(1.008)	(968)
Aluguéis	(118.088)	(81.026)
Seguros	(21.203)	(15.864)
Utilities	(16.300)	(15.043)
Viagens	(13.672)	(13.364)
Outros	(21.974)	(15.849)
	<u>(1.705.376)</u>	<u>(1.682.461)</u>

4.25 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	(107)	(145)
Material	(1)	-
Serviços contratados	(1)	(9)
Aluguéis	(3)	(2)
Utilities	(1)	(3)
Viagens	(1)	-
	<u>(114)</u>	<u>(159)</u>

b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	(1.668)	(2.253)
Material	(7)	(17)
Combustíveis	-	(11)
Serviços contratados	(1.294)	(2.841)
Compart. de despesas	(50.415)	(8.328)
Depreciação	(2.456)	(2.588)
Tributos e taxas	(218)	(111)
Alugueis	(68)	(60)
Utilities	(86)	(79)
Viagens	(306)	(27)
Outros	(71)	(44)
	<u>(56.589)</u>	<u>(16.359)</u>

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	21.464	12.339
Venda de ativos	11.712	44.167
Recuperação de despesas	48.538	62.083
Trem Turístico	3.614	4.288
Exploração da Faixa de Domínio	3.842	3.438
Multas contratuais	75.286	27.036
Alugueis	1.196	1.356
Recuperação de despesas - RFFSA	-	7.739
Reversão benefícios a empregados	-	2.138
Outros	4.179	4.769
	<u>169.831</u>	<u>169.353</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(14.933)	(20.362)
Baixa de Ativos	(25.584)	(15.412)
Custo com Venda de Materiais	(7.043)	-
Participação no resultado	(670)	-
Provisão Desvalorização de estoque	5.324	580
Perda de recebíveis	(1.461)	(3.841)
Outros gastos c/pessoal	(11.915)	(10.092)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.025)	(1.319)
Multas/Bonus contratuais	(8.988)	(624)
Trem Turístico	(1.862)	(2.242)
Trem Turístico-depreciação	(3.607)	(3.064)
Outras operacionais	(23.683)	(21.909)
Materiais, peças e componentes	-	(1.193)
Processos Jurídico Judiciais	(42.328)	(37.749)
Indenizações	(1.542)	(7.592)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	1.842	4.671
Provisão para processos judiciais	17.222	1.484
	<u>(121.253)</u>	<u>(118.664)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>48.578</u>	<u>50.689</u>

4.26 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação caixa centralizado		
Aplicação mercado financeiro	1.312	2.595
Juros, taxa e multas de mora	1.339	971
Ajuste a valor presente	6.841	4.686
Outras receitas financeiras	-	11
	<u>9.492</u>	<u>8.263</u>
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(213)	(42)
Despesa com Seguro garantia	(3.877)	(203)
Encargos sobre Cessão de Créditos – Risca sacado	(6.810)	-
Encargos por atraso	(34)	(717)
Despesas com Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.493)	(728)
Encargos Financeiros - Leasing	(3.754)	(463)
Comissão de Fiança	(4.595)	(4.108)
Juros, taxas e multas	(1.494)	(4.797)
Outras despesas financeiras	(230)	(994)
	<u>(22.500)</u>	<u>(12.052)</u>
Receitas com variação monetária e cambial	29.175	29.578
	<u>29.175</u>	<u>29.578</u>
Resultado financeiro	<u>16.167</u>	<u>25.789</u>

4.27 - Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	5.109	5.570
Provisão para processos judiciais	11.271	15.576
Outras provisões	7.619	22.631
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	22.594	24.357
Prejuízo fiscal	101.681	75.933
	<u>148.274</u>	<u>144.067</u>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	1.839	2.005
Provisão para processos judiciais	4.056	5.606
Outras provisões	2.744	8.147
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	8.134	8.768
Base negativa	33.867	23.601
	<u>50.640</u>	<u>48.127</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	198.914	192.194
Prejuízo fiscal para imposto de renda	406.728	280.733
Base negativa da contribuição social	376.299	250.305

A expectativa de realização dos créditos, relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	31/12/2016	31/12/2015
2015		-
2016	-	20.472
2017	21.188	19.359
2018	20.036	29.768
2019	30.809	31.098
2020	32.185	30.499
2021	31.565	60.998
2022 em diante	63.131	-
	198.914	192.194

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2016		31/12/2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(29.972)	(29.972)	31.083	31.083
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	202	202	227	227
Despesas não dedutíveis	1.555	1.555	4.247	4.247
Equivalência Patrimonial	-	-	(395)	(395)
Outras	97	97	1.457	1.457
Adições (exclusões) temporárias:				
Reversão da provisão para processos judiciais	(17.221)	(17.221)	(1.484)	(1.484)
Reversão da provisão para perdas de materiais	(5.324)	(5.324)	(580)	(580)
Constituição de obrigação de benefícios de aposentadoria	-	-	(2.138)	(2.138)
Reversão da provisão de participação nos resultados	(52.454)	(52.454)	12.900	12.900
Reversão de outras provisões	(2.269)	(2.269)	(7.697)	(7.697)
Constituição (reversão) da provisão de perdas de créditos, líquida	(8.683)	(8.683)	(9.147)	(9.147)
Base de cálculo	<u>(114.069)</u>	<u>(114.069)</u>	<u>28.473</u>	<u>28.473</u>
Prejuízo Fiscal e base negativa do exercício	114.069	114.069	-	-
Base de cálculo ajustada	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.473</u>	<u>28.473</u>
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	(8.542)	(8.542)
Lucro real após prejuízo fiscal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.931</u>	<u>19.931</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - (alíquotas - IR 25% e CS 9%)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.958)</u>	<u>(1.794)</u>
PAT	-	-	120	-
Despesas do ano corrente	-	-	(4.958)	(1.794)
Despesas corrente de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.838)</u>	<u>(1.794)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	4.208	2.512	4.191	512
Total da despesa de impostos das atividades	<u>4.208</u>	<u>2.512</u>	<u>(647)</u>	<u>(1.282)</u>
Alíquota efetiva total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2,08%</u>	<u>4,12%</u>

4.28 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios

onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.29 – Benefícios a empregados

4.29.1 - Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 3.333 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 4.272).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

a) Premissas atuariais e econômicas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reconciliação do valor líquido de passivo(ativo)		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(23.331)	(13.280)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(2.440)	(795)
3. Resultado obrigação do Benefício Definido Incluído em Outros result. Abrangentes (OCI)	2.014	(4.987)
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(3.362)	(4.269)
5. Contribuição de Participante	-	-
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	<u>(27.119)</u>	<u>(23.331)</u>
Principais premissas atuariais		
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,58%	13,31%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	11,13%	13,10%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	20,4468

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

4.29.2- Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos das empresas do Grupo VLI tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a FCA a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir o programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI S.A.. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de dezembro de 2016 totalizaram o valor de R\$ 2.020 (em 31/12/2015 R\$ 1.262).

4.30 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 4.19), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera um diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

31/12/2016				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	13,63%	12,27%	10,90%	8,86%

(i) A taxa do final do exercício do ano de 2016.

31/12/2016				
	31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	1.312	1.181	1.050	853

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 20.438 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 22.279).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

d) Risco operacional

A FCA S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 4.10).

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Ativo	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.707	3.792
Aplicações Financeiras	45.510	36.411
Contas a receber	75.803	50.990
Partes relacionadas	360.442	484.259
Contas a receber da RFFSA (União)	87.230	81.830
	572.692	657.282

Passivo		
Leasing	33.059	72.917
Fornecedores	175.001	104.749
Contas a pagar	103.343	5.495
Partes relacionadas	17.580	16.820
Arrendamento, concessões e subconcessões	50.059	45.125
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	79.978	2.795.893
	<u>459.020</u>	<u>3.040.999</u>

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Total passivo	695.306	3.290.709
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(49.217)	(40.203)
	646.089	3.250.506
Patrimônio líquido	4.408.942	1.596.301
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	79.978	2.795.893
Total patrimônio líquido+ AFAC	4.488.920	4.392.194
	<u>14,39%</u>	<u>74,01%</u>

4.31 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações financeiras correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	<u>Malha Centro Leste</u>	<u>Malha Paulista Ferroban</u>
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2016	74	65
Valor da última parcela paga		
Concessão	2.320	549 (*)
Arrendamento	44.080	10.429 (*)

(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)

4.32 - Eventos Subsequentes

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. celebrou nesta data “Contrato Operacional Específico” com a ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.; ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.; e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. com a finalidade de disciplinar a ampliação da participação do modal ferroviário no atendimento às demandas de transporte de cargas, bem como melhorar as operações de

transporte ferroviário de cargas mediante o melhor aproveitamento das respectivas infraestruturas ferroviárias e material rodante, modernizando suas práticas comerciais e empresariais.

As Partes entendem que a celebração desse contrato fortalece as sinergias existentes na integração das suas operações, facilitadas pela conexão das malhas por elas operadas, com o objetivo de aumentar a eficiência do serviço público prestado aos usuários, ampliando a base de clientes e proporcionando o crescimento de suas receitas.

5 – DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO RELATÓRIO DOS AUDITORES

INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relação com Investidores e o Diretor Financeiro da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Sapucaí, 383, inscrita no CNPJ sob nº 00.924.429/0001-75 (“**FCA**”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“**INSTRUÇÃO**”), declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FCA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da FCA referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.